



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2022

O **MUNICÍPIO DE BUERAREMA – ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **PREGOEIRA OFICIAL**, e Equipe de Apoio, tornam público que, conforme autorização contida no Processo Administrativo vinculado ao Pregão Eletrônico 038/2022, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**. A presente licitação reger-se-á pelo Decreto 10.024/2019, pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014 e subsidiariamente as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, e pelas condições previstas neste Edital e seus anexos, mediante as seguintes condições:

Editais disponíveis nos sites: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.ipmbrasil.org.br/DiarioOficial/ba/pmbuerarema/licitacoes](http://www.ipmbrasil.org.br/DiarioOficial/ba/pmbuerarema/licitacoes)

**Recebimento das propostas:** das 17:00 horas do dia 12/12/2022 às 14:00min do dia 19/12/2022

**Início da sessão pública:** 15:00 horas do dia 19/12/2022 (HORÁRIO DA BAHIA)

### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE TABELA DE BASQUETE REGULÁVEL, TÚNEL INFANTIL, PLAYGROUND, ESCORREGADOR, PULA-PULA, CAMA ELÁSTICA, BALANÇO, PISCINA DE BOLINHA, PULA CORDA, BOLICHE, ESCADA DE AGILIDADE, TATAME, RAQUETE DE TÊNIS, MESA DE PING PONG, MESA DE PEBOLIM.**

1.2. A licitação será realizada por **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme tabela constante modelo de proposta de preço – ANEXO II, que integra este Edital, para todos os fins e efeitos, e seus anexos.

### 2. AS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

2.2. Poderão participar deste Pregão, os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constante deste Edital e seus Anexos.

2.3. Não poderão participar da licitação empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o Microempreendedor Individual-MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5 Regras acerca da participação de matriz e filial:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz
- b) Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- c) A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- d) Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRONICO**

**3.1.** Para participar da licitação, a Empresa deve efetuar seu **CRENCIAMENTO** junto ao provedor do sistema que implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**3.2.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.3.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**3.4.** O licitante é responsável pelo ônus decorrentes da perda de negócio, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

**3.5.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações.

**3.5.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**3.5.2.** Assinalar do campo “não” apenas produzirá o efeito da licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**3.5.3** Independente dos termos firmados no sistema eletrônico do pregão, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital sob pena de desclassificação/inabilitação.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e marca ofertada, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.2.1 Serão desconsiderados os documentos apresentados em fotocópia que não foram autenticados em Cartório, ou por servidor legal do órgão público.

4.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123, de 2006.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**4.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.**

4.8 No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá, obrigatoriamente, mencionar, no campo "INFORMAÇÕES ADICIONAIS", **VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA NESSE CAMPO, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, o valor global do Lote.

4.9 O não preenchimento do campo referido no item anterior, implicará na desclassificação da licitante, face a ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

4.10 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

4.11 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos itens.

4.12 A partir do horário previsto no PREÂMBULO para início da sessão pública do pregão eletrônico, terá lugar a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, as quais serão classificadas para a etapa de lances.

**4.13** Serão consideradas irregulares e desclassificadas de logo as propostas que não contiverem informação que permita a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto proposto; contiverem emenda, rasura ou entrelinha, de forma a não permitir a sua compreensão; apresentarem o prazo de validade da proposta inferior ao estabelecido; apresentarem prazo de entrega ou de execução superior ao estabelecido; apresentarem prazo de garantia inferior ao estabelecido.

**4.14** Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

**4.15** Sempre que houver interrupção da sessão do pregão, os licitantes deverão ser notificados do dia e hora em que a sessão terá continuidade.

## **5. DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**5.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas no edital.

**5.3** O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pelo mesmo licitante.

**5.3.1.** Não serão registrados, para o mesmo item, 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**5.3.2.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a cinco(05) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 05 (cinco) segundos.

**5.4** Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e fechados.

**5.5** A etapa de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

**5.6** Encerrado o prazo previsto descrito no item 5.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**5.7** Encerrado o prazo de que trata o item 5.6, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.8** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 5.7, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

**5.9** Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.5, 5.6 e 5.7, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

**5.10** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos 5.9, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.11** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 5.7.

**5.12** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

**5.13** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira oferta quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**5.13.1.** Serão desclassificadas as propostas que consignem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto do contrato.

**5.14** Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições deste Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.

**5.15** A PREGOEIRA anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor, a proposta que, em consonância com as especificações contidas neste edital, apresentou o menor preço.

**5.16** Em caso de empate, real ou ficto, será assegurada, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

**5.16.1** Entendem-se por empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e empate real as que sejam iguais.

**5.16.2** Em qualquer das hipóteses de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela de menor valor, exequível, considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto lícitado.

**5.16.3** Nesta hipótese, o direito a ofertar proposta de preço inferior deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

**5.16.4** Se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o direito, ou se sua oferta não for aceita, ou se for inabilitada, será concedido idêntico direito à microempresa ou empresa de pequeno porte subsequente em situação de empate, se houver, na ordem classificatória, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas neste edital.

**5.16.5** No caso de as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem preços iguais, será considerado como melhor classificado, aquela que registrou seu preço primeiro no sistema.

**5.16.6** O disposto neste item 5.13 somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**5.16.7** Ocorrendo empate de propostas formuladas por licitantes que não detenham a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, será observado o disposto na Lei, procedendo-se, sucessivamente a convocação na respectiva ordem de classificação dos licitantes, vedado qualquer outro critério.

**5.16.8** Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

**5.17** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.18** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**5.19** A PREGOEIRA poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, como fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**5.20** Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**5.21** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **6 . DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.2** A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24hs (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

**6.2.1** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

**6.2.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características dos produtos ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.3** O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo fornecimento não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**6.3.1** Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**6.3.2** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.4** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.5** A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.5.1** Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.5.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.6** A proposta escrita deverá contemplar a planilha, com os respectivos valores readequados ao valor ofertado e registrado de menor lance. (ANEXOII).

## **7. DA HABILITAÇÃO**

**7.1** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação.

**7.2** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **7.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**





- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto social publicado de acordo com a Lei Federal nº 6.404/76 ou contrato social em vigor e alterações, devidamente registrado e consolidado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Documento de identificação ou outro equivalente do sócio administrador da empresa.

#### **7.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica(CNPJ);
- b) Prova de regularidade com as Fazendas Federal (conjunta com a Dívida ativa da União e INSS), Estadual e Municipal da sede dalicitante;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- d) Prova de regularidade com a Justiça Trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em conformidade com a Lei Federal nº12.440/2011.

**7.4.1 Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 30 (trinta) dias entre a data de sua expedição e a data da realização da licitação.**

**7.4.2 É vedado o envio de Cadastro no SICAF para comprovação da Regularidade Fiscal. Deverão ser encaminhadas as referidas certidões para que os códigos sejam cadastrados no SIGA.**

#### **7.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida à data do certame. Caso o documento não consigne prazo de validade, será considerada válida a certidão com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação.
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente lançados no Livro Diário registrado na Junta Comercial do domicílio ou sede da Empresa, que comprovem a situação financeira desta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.





- c) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- d) No caso de empresas enquadradas no SIMPLES NACIONAL poderá apresentar em substituição ao balanço o extrato do SIMPLES NACIONAL dos últimos 03 meses

## **7.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

### **7.6.1 Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:**

- a) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de fornecimento do item arrematado, com características e quantitativos semelhantes às do objeto desta licitação, executadas a qualquer tempo. Os atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão constar o papel timbrado da empresa emitente do atestado. Quanto ao(s) atestado(s) fornecido(s) por órgãos públicos, os mesmos não serão aceitos quando apresentados com assinaturas de pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem fornecimento de produtos;
  - a.1) O atestado apresentado deve conter: dados do contratado e do contratante (razão social, endereço completo, CNPJ, e responsável pelas informações que assina o documento), identificação dos itens fornecidos com os respectivos quantitativos e local do fornecimento;
- b) Alvará de Funcionamento;
- c) **Apresentar imagens dos itens cotados na proposta corrigida de preços.**

## **7.7 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

- a) Declaração referente à habilitação (em atendimento ao inciso VII do art. 4º da lei nº 10.520/2002) – pleno conhecimento, conforme (**ANEXO VI**);
- b) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de cumprimento do disposto no Inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme (**ANEXO VII**);
- c) Declaração assinada pelo licitante ou representante legal deste, devidamente identificado, de que o licitante não se encontra suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta, conforme (**ANEXO VIII**);
- d) Declaração para microempresas e empresas de pequeno porte (**ANEXO IX**);
- e) Declaração de dados do representante legal para assinatura do contrato (**ANEXO X**);

**7.8** A licitante deverá apresentar e seguir todos os anexos deste edital, o não cumprimento acarretará inabilitação da licitante.



**7.9** Os documentos deverão, preferencialmente, ser apresentados ordenadamente, numerados seqüencialmente por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise.

**7.10** A apresentação de declaração falsa pelo licitante acarretará a aplicação da penalidade prevista no item 12.2.5 – Das PENALIDADES, deste edital.

**7.11** Se a matriz participar da licitação, todos os documentos devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. Se a filial participar da licitação, todos os documentos devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. (exceto aquelas certidões expedidas em nome da matriz que são validas para as filiais)

**7.12** Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa licitante.

**7.13** Os documentos solicitados a título de habilitação deverão ser apresentados em original ou cópias autenticadas por tabelião ou por servidor da COPEL, ou ainda acompanhados de declaração de autenticidade digital.

**7.14** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa e empresa de pequeno porte que comprovar a sua condição para o caso, na fase de credenciamento, e, que for declarado o vencedor do certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, visando a sua habilitação no certame.

**7.14.1** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**7.14.2** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**7.14.3** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**7.14.4** O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, istoé, somandoas exigências do lote em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**7.14.5** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

## **8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**



**8.1** A proposta final do licitante arrematante deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do final do certame no sistema eletrônico e deverá:

**8.1.1** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**8.1.2** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**8.1.3** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**8.1.4** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**8.1.5** Encaminhar juntamente com a proposta corrigida de preços folder ou imagens de todos itens do lote arrematado.

**8.2** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

**8.2.1** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**8.3** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**8.4** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**8.5** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **9 . DECLARAÇÃO DE VENCEDOR E RECURSOS**

**9.1** Após análise da documentação de habilitação e proposta de preços e constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, deverá **o PREGOEIRO via sistema (chat de mensagem) declarar o licitante vencedor de cada lote.**

**9.2** Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão da Pregoeira, observadas as seguintes normas:



**9.2.1** Deverá ser registrada a síntese das razões do recorrente em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

**9.2.2** Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo **no prazo de até 03 (três) dias úteis**, para a apresentação das razões do recurso. Os demais licitantes se quiserem apresentar contra-razões, deverão considerar igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

**9.2.3 O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, será realizado pela Pregoeira no prazo de até 03 (três) dias úteis.**

**9.2.3.1** A autoridade superior do órgão promotor do pregão deverá decidir o recurso conforme prazo de Lei.

**9.2.4** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.3** Estando classificadas e habilitadas microempresas ou empresas de pequeno porte, beneficiárias do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja habilitação foi procedida com a ressalva de existência de restrição fiscal, deverá ser feita prova da efetiva regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá à data em que declarado o vencedor, prorrogável, por igual período, a critério da Administração Pública.

**9.4** Não restando comprovada a satisfação da regularidade fiscal, a licitante será declarada inabilitada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente.

**9.5** A PREGOEIRA poderá, a qualquer tempo, negociar com o proponente da melhor oferta aceitável, visando obter preço menor.

**9.6** Os atos essenciais do Pregão Eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.

**9.7** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e das informações relativas à sessão pública do pregão deverão constar da ata divulgada no sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.

## **10 . DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** A PREGOEIRA adjudicará o objeto da licitação, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

**10.2** Caso tenha havido recursos, após decididos estes e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

**10.3** A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

## 11 CONTRATAÇÃO

11.1 Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 02 (dois) dias corridos, a partir da data da homologação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93 e 10.520/02.

11.2 Para a assinatura do contrato a empresa deverá representar-se por:

a) Sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou Procurador com poderes específicos para assinar o contrato.

11.3 O contrato a ser firmado obedecerá à minuta constante deste Edital.

**11.4 A empresa a ser contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor e quantitativos iniciais atualizados do contrato.**

11.5 Na ocorrência do não comparecimento do(s) licitante(s) vencedor (es), no prazo estipulado acima, poderá a Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços devidamente atualizados, ou revogar a licitação, independentemente das conseqüências previstas no Artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.6 Fica estabelecido que o(s) CONTRATADO(s) não transferirá(ão) no todo ou em parte, o fornecimento do objeto do Contrato a ser celebrado, ficando o(s) mesmo(s) proibido(s) de subcontratação ou sub-rogação do instrumento contratual a ser firmado.

11.7 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter e comprovar todas as condições de habilitação exigidas neste certame.

11.8 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação por dispensa de licitação.

11.9 Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final na sessão originária do pregão, devendo os convocados apresentarem os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

11.10 Somente será considerado habilitado o licitante que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da primeira sessão e que apresentar, na segunda sessão, os documentos que porventura estiverem vencidos.

11.11 Os licitantes remanescentes convocados na forma dos subitens anteriores se obrigam a atender à convocação e a assinar o contrato respectivo de acordo com a proposta que apresentou, no prazo fixado pela Comissão Permanente de Licitações, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.



**11.12** O prazo para o fornecimento do objeto contratual admite prorrogação, a critério da Administração, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades, na conformidade do disposto, no Art. 57 §1º, da Lei 8.666/93.

**11.13** O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

**11.13.1** Os reajustamentos de preços do objeto a ser contratado, quando e se for o caso, serão efetuados e calculados de acordo com as disposições específicas vigentes, editadas pelo Governo Federal.

**11.13.2** Ocorrendo reajustamento de preços, autorizado pela Administração, os mesmos serão reajustados pela variação do percentual resultante da diferença do preço fixado para o dia de apresentação da proposta e o dia da entrada em vigor do novo preço, aplicando-se sobre o preço proposto.

**11.13.3** A empresa a ser contratada deverá apresentar documento oficial comprovando o reajuste, acompanhado de requerimento.

## **12 DAS PENALIDADES**

**12.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Licitante que:

**12.1.1** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**12.1.2** Ensejar o retardamento do fornecimento do objeto;

**12.1.3** Fraudar no fornecimento do contrato;

**12.1.4** Comportar-se de modo inidôneo;

**12.1.5** Cometer fraude fiscal;

**12.1.6** Não mantiver a proposta.

**12.2** A Licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**12.2.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**12.2.2** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**12.2.3** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**12.2.4** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**12.2.5** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Buerarema/BA, pelo prazo de até dois anos;

**12.2.6** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**12.3** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**12.3.1** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**12.3.2** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**12.3.3** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**12.4** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**12.5** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**12.6** Não será efetivado qualquer pagamento ao FORNECEDOR enquanto não efetuado o pagamento da multa devida.

**12.7** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo FORNECEDOR e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração distrate com a empresa.

**12.8** A competência para apuração de responsabilidade e conseqüente aplicação das penas aqui previstas são exclusivas do CONTRATANTE, salvo quanto a pena de declaração de inidoneidade, que compete ao Prefeito.

**12.9** Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após conclusão de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa ao CONTRATADO, sob pena de multa.

**12.10** O distrato, assegurado o contraditório, é formalizado por despacho da autoridade competente da contratante.

### **13 LOCAL E PRAZO DO FORNECIMENTO:**

**13.1** Os itens deverão ser entregues na Central de Compras do Município.

**13.2** Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a solicitação.



## **14 . DO PAGAMENTO**

**14.1** Os pagamentos serão efetuados conforme disponibilidade financeira da Administração, após a protocolização da NotaFiscal/Fatura que deverá ser atestada pelo fiscalizador competente, liquidada pela Contabilidade e seja encaminhada à Secretaria de Finanças. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência, da certidão negativa de débito com a seguridade social (CND), da CNDT e da certidão de regularidade com o FGTS, além das certidões de regularidade com os tributos municipal, estadual e federal, sob pena de não pagamento.

**14.2** Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a CONTRATADA adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

**14.3** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

**14.4** O descumprimento do subitem 14.1 deste edital poderá acarretar a rescisão do contrato, por inadimplemento de obrigação contratual, sem qualquer direito à indenização.

## **15 . CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**15.1** O pagamento será efetuado pela Administração para a empresa a ser contratada da seguinte forma: conforme fornecimento, **exclusivamente através de crédito em conta especificada pelo credor** no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento parcial/definitivo do objeto licitado.

**15.2** Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

**15.3** Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da empresa a ser contratada.

**15.4** O pagamento não isenta a empresa a ser contratada da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.

## **16 . DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1** A dotação orçamentária será designada no momento da contratação.

## **17 INCIDÊNCIAS FISCAIS**

**17.1** Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, neste caso, a CONTRATADA.

**17.2** A CONTRATADA deverá ter levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre o fornecimento, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**17.3** Ficando comprovado depois do negócio realizado e antes do fornecimento do objeto que a CONTRATADA acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a quaisquer tributos não incidentes sobre a compra, tais valores serão imediatamente excluídos, com a devolução ao MUNICÍPIO, do valor por ventura.

## **18 . REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO**

**18.1** A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

**18.2** O MUNICÍPIO se reserva ao direito de revogar esta licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a decisão. Deverá, por outro lado, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado.

**18.3** Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, ressalvadas as hipóteses legais, cabendo o ônus da prova exclusivamente ao licitante/contratado.

## **19 . IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**19.1** Os pedidos de impugnações referentes ao edital deverão ser apresentados por e-mail (licitacao@buerarema.ba.gov.br) endereçados a Pregoeira, contendo as informações para contato (**telefone, endereço eletrônico, contrato social ou instrumento equivalente acompanhado da procuração, quando necessário**), sendo que, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital ou podem ser protocolados, na Sala de Licitação, sito à Avenida Góes Calmon, nº 591, Centro–Buerarema–BA, CEP: 45.615-000, no horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

**19.1.1 No caso de recebimento via e-mail em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos neste subitem, começarão a correr no primeiro dia e hora útil subsequentes, ao registrado na correspondência eletrônica.**

**19.1.2** Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão, perante a Prefeitura Municipal de Buerarema, aquele que não se manifestar até um três dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas e/ou irregularidade que o Licitante considere que o viciaram.

**19.1.3** Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo previsto de Lei.

**19.1.4** Acolhida à impugnação, caso não haja alteração na proposta, poderá ser definida e publicada nova data para a realização do certame.



**19.2** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, protocolados no endereço constante no preâmbulo ou por meio eletrônico via internet, através do e-mail [licitacao@buerarema.ba.gov.br](mailto:licitacao@buerarema.ba.gov.br), **obedecido o critério previsto no subitem 19.1 e: 19.1.1.**

**19.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**19.3** As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Pregoeira serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessados.

**19.4** Apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como recurso, recebendo tratamento de ação administrativa calcada no direito de petição, interposta perante a Pregoeira que encaminhará no prazo de 05 (cinco) dias à autoridade competente para no prazo de 30 (trinta) dias, do recebimento, proceder o julgamento.

## **20 . DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive a preparação e apresentação das propostas.

**20.2** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Pregoeira, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**20.3** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

**20.4** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

**20.5** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**20.6** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**20.7** É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior:

a) A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta;

b) Relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação dos proponentes, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

c) Convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;

**20.8** A PREGOEIRA poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.

**20.9** Este Edital e seus anexos, bem como a proposta vencedora, farão parte integrante do instrumento de contrato, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado em lance verbal; se houver.

**20.10** Caso o licitante vencedor não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou retirada do empenho, ou venha recusar-se a celebrá-lo/retirá-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido e na vigência da sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se à Prefeitura Municipal de Buerarema, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes;

**20.11** Quaisquer informações e esclarecimentos relativos a esta licitação deverão ser enviados EXCLUSIVAMENTE através do correio eletrônico: [licitacao@buerarema.gov.br](mailto:licitacao@buerarema.gov.br) (DEVIDO A PANDEMIA DA COVID-19, APENAS SERÁ UTILIZADO O MEIO ELETRONICO DE COMUNICAÇÃO).

**20.12** Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Diretoria de Licitação.

**20.13** Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 10.024/2019, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

**20.14** Fica designado o foro da Cidade de Buerarema- Estado da Bahia, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## **21 . DOS ANEXOS**

**21.1** Fazem parte deste Edital, como Anexos:

- a) Termo de Referência (**ANEXO I**);
- b) Modelo de proposta de preços (**ANEXO II**);
- c) Modelo de declaração de servidor público (**ANEXO III**);
- d) Modelo de Carta de Credenciamento (**ANEXO IV**);
- e) Declaração de atendimento às condições de habilitação (**ANEXO V**);
- f) Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (**ANEXO VI**);
- g) Declaração de que não se encontra suspensa de licitar ou impedida de contratar com qualquer entidade integrante da Adm. Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta (**ANEXO VII**);
- h) Modelo de declaração para microempresas e empresas de pequeno porte (**ANEXO VIII**);
- i) Minuta do Contrato (**ANEXO IX**);
- j) Declaração de dados do representante legal para assinatura do contrato (**ANEXO X**);



Buerarema, 07 de Dezembro de 2022

**ALINE NOGUEIRA LIMA ALVES**  
PREGOEIRA MUNICIPAL



## **ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1- OBJETO:**

Aquisição de tabela de basquete regulável, túnel infantil, playground, escorregador, pula-pula, cama elástica, balanço, piscina de bolinha, pula corda, boliche, escada de agilidade, tatame, raquete de tênis, mesa de ping pong, mesa de pebolim.

### **2- JUSTIFICATIVA:**

Considerando que os brinquedos são necessários e indispensáveis para que o aluno menos favorecido financeiramente sinta-se incluso no contexto escolar, promovendo o acesso e a permanência do mesmo em sala de aula.

Considerando que a maioria das escolas da Rede Municipal de Buerarema localizam-se na periferia, e algumas em locais de vulnerabilidade social.

Considerando que o brinquedo estimula a representação, a expressão de imagens que evocam aspectos da realidade e que, ajudam no desempenho de habilidades definidas pela estrutura do próprio objetivo e suas regras.

Considerando que é através do brincar que a criança desenvolve elementos fundamentais na formação da personalidade, visto que aprende, experimenta situações, organiza suas emoções, processa informações, constrói autonomia de ação, entre outros.

Justificamos a presente aquisição dos materiais abaixo especificados, visando suprir as necessidades das Unidades Escolares, Escolas em Tempo Integral, Centros Municipais de Educação Infantil, Educação Especial, assim como demais setores ligados a Secretaria Municipal de Educação. Os materiais solicitados se referem a todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino assim como demais necessidades das unidades escolares e setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação, pois utilizando a sua imaginação, a criança vai muito além do mundo real, podendo assim projetar sobre ela a esperança de mudança, de transformação social e renovação moral. Por vezes em casa não há possibilidade de a criança desenvolver as suas habilidades através de brincadeiras e jogos, tendo a escola um papel fundamental neste sentido, assim cabe ao educador trabalhar na criação de formas variadas para que a criança se manifeste corporalmente através do brinquedo, das brincadeiras de faz de conta e de jogos emocionais. Aos poucos as crianças vão aprimorando as suas habilidades básicas e conseguindo lidar com os seus próprios problemas, é através deste trabalho feito pelo educador que a criança começa a conseguir realizar aquisições e tendo uma base para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e principalmente motor.

### **3. DO OBJETIVO/FINALIDADE:**



3.1. Prover todas as Unidades Escolares, Escolas em Tempo Integral, Centros Municipais de Educação Infantil, Educação Especial, setores administrativos e oficinas pedagógicas de formação e /ou capacitação de professores oferecendo aos docentes e alunos brinquedos básicos e alternativos de qualidade, indispensáveis para o uso diário, a fim de garantir melhor aproveitamento escolar.

#### **4. DA ENTREGA DA AMOSTRA**

4.1. O licitante deverá encaminhar ficha técnica/prospecto/folder/imagens do mesmo item cotado na proposta inicial (com os dados e informações reais do item a ser analisado), identificada com o nº desta licitação e deverá ser entregue junto com a proposta realinhada no dia do Pregão.

4.2. O Município disponibilizará o laudo da avaliação em até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da ficha técnica/prospecto/folder/imagem.

4.3. Caso a ficha técnica/prospecto/folder/imagem não for suficiente para análise e dê margem para dúvidas, o contratante poderá solicitar a apresentação de amostra física após a classificação dos fornecedores.

#### **5. DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

5.1. A execução do objeto deverá ser efetuada em conformidade com as condições constantes deste Termo de Referência, bem como do Edital e seus anexos, obedecendo às normas e padrões da ABNT e INMETRO, atendendo eficazmente às finalidades que dele naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

5.2. Os itens, objetos desta licitação, deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis aos produtos desta natureza, ficando desde já estabelecido que somente será aceito após conferência efetuada pelo setor responsável pelo recebimento, indicado para tal fim e, caso não satisfaça às especificações exigidas, não será aceito, devendo ser recolhido pelo fornecedor, contado da notificação, para substituição ou adequações no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis, correndo às expensas do fornecedor quaisquer custos adicionais decorrentes do evento.

5.3. Os itens a serem fornecidos não poderão estar fora da linha de produção, devendo serem entregues devidamente acondicionados, garantindo a integridade dos mesmos em suas embalagens originais e lacradas, com todos os acessórios constantes da especificação, devendo ser verificada a equivalência do mesmo às especificações quanto ao acabamento, dimensão, rigidez e demais características inerentes.





## **6. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO:**

- 6.1. Prazo para entrega: 15 (quinze) dias, após o recebimento da Requisição.
- 6.2. Local de entrega: A entrega deverá ser efetuada na Sede da Secretaria Municipal de Educação.
- 6.3. Horário de entrega: de segunda à sexta-feira, no horário entre 8h e 11h / 13h às 16h.
- 6.4. A Secretaria de Educação enviará e-mail para a Contratada com a Requisição com o quantitativo de cada entrega.
- 6.5. O fornecedor deverá, no ato da entrega, apresentar Nota fiscal devidamente preenchida.
- 6.6. A embalagem do item deve apresentar as condições corretas para bom armazenamento, ser resistente a temperatura, umidade, empilhamento, etc.
- 6.7. Serão rejeitados, no todo ou em parte, o item que não atender os quantitativos, as especificações técnicas ou qualidades exigidas.
- 6.8. Para fins de aceitação do objeto, este deverá atender também ao Art. 39, inciso VII, da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), responsabilizando-se, o fornecedor, por apresentar produto que esteja de acordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (INMETRO) ou, se normas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Conmetro).
- 6.9. Todo item fornecido será conferido no momento da entrega, e se a quantidade e/ou qualidade do mesmo não corresponder às especificações exigidas, a remessa apresentada será devolvida para substituição ou adequações, no prazo 10 (dez) dias corridos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, correndo às expensas da contratada quaisquer custos adicionais decorrentes do evento.
- 6.10. Ocorrendo pela segunda vez a rejeição do item, a aquisição poderá ser rescindida por parte do Município.
- 6.11. O item deverá estar devidamente acondicionado de forma a preservar sua integridade, em sua embalagem original e lacrada, com todos os acessórios constantes da especificação, devendo ser verificada a equivalência do mesmo às especificações quanto ao acabamento, dimensão, rigidez e demais características inerentes.
- 6.12. As embalagens devem apresentar as condições corretas para bom armazenamento do produto, resistentes a temperatura, umidade, empilhamento, etc.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**



- 7.1. Executar o objeto de acordo com a sua proposta, normas, condições e prazos previstas no Edital, inclusive com as prescrições da Lei nº 8.666/93, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.
- 7.2. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÃO exigidas no Edital.
- 7.3. Responsabilizar-se total e integral pelos danos causados direta ou indiretamente ao Município ou a terceiros, suas instalações, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da Administração.
- 7.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem autorização do Município por escrito.
- 7.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Município, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto contratado.
- 7.6. Comunicar de imediato e em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ocorrência, o Município, por escrito, de qualquer anormalidade, inclusive de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que forem necessários.
- 7.7. Tratar com respeito e urbanidade os agentes do Município.
- 7.8. Arcar com as despesas empregadas na gestão logística, operacional e de materiais necessárias para transporte e montagem do item para uso imediato.
- 7.9. Programar seu trabalho de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades do Município.
- 7.10. Fornecer item novo não denotando uso anterior ou recondicionamento e entregue em sua embalagem original. O item não poderá estar fora de linha de produção do fabricante.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

- 8.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no certame, desde que não haja óbice legal ou fato impeditivo provocado pela detentora da ata.
- 8.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.



8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da prestação de serviços, tais como montagem, entrega ou reparação de produtos em todas as suas etapas por meio dos servidores indicados especialmente designado pela Administração, conforme artigo 67 da Lei 8.666/93.

8.4. Notificar, por escrito, o fornecedor de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

8.5. O Município resguarda-se contra perdas e danos oriundos dos produtos executados sob este contrato, devendo o fornecedor suportar os prejuízos resultantes da negligência ou má execução.

## **9. DA FORMA DE PAGAMENTO:**

9.1. O fornecedor emitirá a Nota Fiscal Eletrônica e enviará ao Município, que dará o aceite definitivo no recebimento do item após conferência pela autoridade competente da documentação comprobatória do recebimento e Nota de Empenho correspondente.

9.2. O Município efetuará o pagamento ao fornecedor da seguinte forma:

9.2.1. Após o recebimento do item pelo setor responsável e respectiva avaliação da Nota Fiscal pelo fiscal designado pela autoridade da Pasta que verificará o atendimento de todas as Cláusulas da Nota de Empenho e, conseqüentemente, da presente Aquisição, este dará o recebimento definitivo no documento fiscal e, após a verificação da regularidade do fornecedor pelo órgão gerenciador, encaminhará imediatamente após a liquidação da referida despesa, à Gerência de Contas a Pagar/SMF para pagamento.

9.2.2. Após a constatação dos requisitos mencionados na alínea anterior pelo setor de pagamento, o Município efetuará o pagamento ao fornecedor, em até 30 (trinta) dias.

9.2.3. O fornecedor somente poderá emitir Nota Fiscal/Fatura, após a emissão e em conformidade com a Nota de Empenho respectiva.

9.2.4. É expressamente vedada a cobrança, em qualquer hipótese, de sobretaxa ao preço registrado quando do pagamento dos produtos fornecidos.

9.2.5. Os documentos glosados devido a inconsistência da documentação poderão ser adequados e representados na competência seguinte.



9.2.6. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao fornecedor, para a retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

9.2.7. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito à reajustamento de preços.

## **10. DAS HIPÓTESES DE INEXECUÇÃO**

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) ou 10 (dez) dias de atraso, calculada sobre o valor da parcela em atraso e/ou do valor correspondente na nota de empenho, isentando em consequência o Município de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do décimo primeiro dia de atraso na entrega será considerada a inexecução total do objeto.

10.2. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com a presente Aquisição/Nota de Empenho implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.3. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com a presente Aquisição/Nota de Empenho implica no pagamento de multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da notificação, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5. A aplicação de multa, a ser determinada pelo Município, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

10.6. Havendo atraso de pagamento, pagará o Município ao licitante vencedor multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) – equivalente a 90 (noventa) dias de atrasado - calculada sobre o valor da parcela em atraso.

10.7. O fornecedor deverá reparar, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e a ausência de cobertura de garantia das peças pelo prazo de garantia conforme estabelece o Código de Defesa do Consumidor, implica o pagamento de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, sem prejuízo de substituição das peças.



## **11. DA GARANTIA:**

11.1.O prazo de garantia deverá ser de 90 (noventa) dias a partir da entrega do objeto no local estipulado do item 6, observando o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor e caso o prazo de garantia indicado pelo fabricante seja maior, prevalece este.

11.2. O acionamento da garantia será efetuado por fiscal designado pelo Município.

11.3. O fornecedor deve prestar garantia do item, responsabilizando-se por entregá-lo em perfeito estado de conservação e em condições imediatas de funcionamento.

11.4. A garantia acima citada, por conta do fornecedor, não se confunde com a garantia concedida pelo fabricante, não podendo uma ser substituída pela outra.

11.5. A garantia deve abranger todo e qualquer defeito de fabricação, quer por falha de funcionamento ou montagem incorreta.

11.6. Correrão por parte do fornecedor todas as despesas com mão de obra relacionada à substituição do item ou seus componentes com defeito de fabricação dentro do prazo de garantia.

11.7. A garantia inclui a substituição do item ou de seu componente defeituoso no prazo máximo de até 10 (dez) dias corridos a contar da comunicação do fato, sem que isto implique em quaisquer ônus para o Município.

11.8. Caso ocorra a necessidade de substituição do item ou de seu componente, este deve ser idêntico com as especificações descritas neste formulário de demanda ou modelo superior ao licitado, novo e sem uso.

11.9. Sem prejuízo das demais cominações legais, o fornecedor está sujeito à responsabilidade decorrente do Código Civil Brasileiro (Lei nº.10.406/02), e àquela prevista no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078/90).

## **12. DAS PENALIDADES**

**12. 1.** Para efeito de aplicação da penalidade de multa, considerar-se-ão as seguintes hipóteses:

**I. Ocorrências do tipo “A”:** Recusar ou deixar de atender injustificadamente, solicitação de entrega de produto;

**II. Ocorrências do tipo “B”:** Entregar produtos em desacordo à Nota de Empenho, sem efetuar a devida substituição/adequação no prazo previsto nesta Ata, não ultrapassando o limite de 15 (quinze) dias corridos;

**III. Ocorrências do tipo “C”:** Entregar produtos em desacordo à Nota de Empenho, com substituição/adequação, ultrapassando o limite do prazo previsto nesta Ata;

**III. Ocorrências do tipo “D”:** Entregar produtos em desacordo à Nota de Empenho, com substituição/adequação dentro do prazo previsto nesta Ata;

**IV. Ocorrências do tipo “E”:** O atraso injustificado na entrega do material.

## **12.2. A licitante vencedora ficará sujeita ao pagamento de multa**

**I.** De 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, a cada vez que existirem ocorrências do tipo “A” – conforme dispõe o §01º desta Cláusula, devidamente verificadas pelo responsável pela execução e confirmadas pelo Gestor da Ata, com a ciência da detentora da Ata;

**II.** De 20% (vinte por cento) sobre o valor do produto na Nota de Empenho, a cada vez que existirem ocorrências do tipo “B” – conforme dispõe o §01º desta Cláusula, devidamente verificadas pelo responsável pela execução e confirmadas pelo Gestor da Ata, com a ciência da detentora da Ata. Ultrapassando o limite descrito neste inciso será considerada como não atendimento ao solicitado, incidindo portanto, ocorrência do tipo “A”;

**III.** De 10% (dez por cento), sobre o valor do produto na Nota de Empenho, a cada vez que existirem ocorrências do tipo “C”, conforme dispõe o §01º. desta Cláusula, devidamente verificadas pelo responsável pela execução e confirmadas pelo Gestor da Ata, com a ciência da detentora da Ata;

**IV.** De 1,0% (um por cento) de multa por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) ou 10 (dez) dias de atraso, calculada sobre o valor da parcela em atraso e/ou do valor correspondente à parcela inadimplida, isentando em consequência o Município de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do décimo primeiro dia de atraso na entrega do material será considerada a inexecução total do objeto, conforme §06º desta cláusula, devidamente verificadas pelo responsável pela execução e confirmadas pelo Gestor da Ata, com a ciência da detentora da Ata;

**12.3.** No caso de reincidência no item A, além da multa prevista no inciso I, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho depois do qual será caracterizada a inexecução total do objeto.

**12.4.** . No caso de reincidência nos itens B e D, além da multa prevista, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

**12.5.** No caso de reincidência no item C, além da multa prevista, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho.

**12.6.** A inexecução total do ajuste ou execução em total desacordo com o presente Termo implica no pagamento de multa de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total estimado da Ata/Nota de empenho.

**12.7.** A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com a presente Ata implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor total da parcela constante na Ata/Nota de Empenho.

**12.8.** Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, será aplicada a sanção de Advertência. No caso de reincidência, pelo descumprimento de obrigação contratual, a presente ata será cancelada conforme Cláusula Décima Quarta.

**12.9.** A aplicação de multa, a ser determinada pelo Município, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas na Lei 10.520/2002, no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações, e poderá ser deduzida da primeira Nota de Empenho a ocorrer.

**12.10.** A recusa injustificada da empresa em assinar a Ata e Atas complementares, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da sua notificação, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

**12.11.** Se o fornecedor recusar-se a retirar/aceitar a Nota de Empenho, o Município poderá convocar os outros participantes do certame, na ordem de classificação, para efetuar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso.

**12.12.** O Município poderá efetuar a aquisição/contratação dos produtos através de outras modalidades licitatórias..

### **13- DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS:**

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
TABELA DE BASQUETE REGULÁVEL	CONFECCIONADA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO RESISTENTE E COLORIDO, COM REGULAGEM DE ALTURA. MEDIDAS: COMPRIMENTO 45 ALTURA VARIÁVEL DE 1,30M A 1,90M LARGURA 25CM. CESTA EM NYLON, BASE PREENCHÍVEL COM AREIA, FÁCIL MONTAGEM. ACONDICIONADA EM CAIXA DE PAPELÃO.	50			
CONJUNTO TÚNEL BABY COMPLETO	CONTÉM 8 PEÇAS CONFECCIONADA EM ESPUMA DE DENSIDADE 23, REVESTIDO EM BAGUM BRILHO COLORIDO E COM COSTURA RESISTENTE. CONTENDO 2 RAMPAS GRANDES SENDO 1 AZUL E 1 AMARELA MEDINDO 50 CM COMP.X 50 CM LARGX30 CM ALT CADA, 2 RAMPAS	20			



	PEQUENAS 1 VERMELHA E 1 AMARELA MEDINDO 30 CM COMPX 20 CM LAR X 10 CM ALT CADA, 1 CIRCULO AMARELO 50 CM DE DIÂMETRO EXTERNO E 30 CM DE DIÂMETRO INTERNO, 2 SEMI CIRCULO SENDO 1 VERMELHO E 1 AZUL MEDINDO 57 CM ALT X 25 CM LARG X 50 CM COMP E 35 DE DIÂMETRO INTERNO CADA, 1 PONTE NA COR AZUL MEDINDO 50 CM ALT X 30 CM LARG X 30CM ALT. MONTANDO MEDINDO APROXIMADAMENTE:170X 150X 55 CM				
PLAYGROUND ESPUMADO II	COM 8 PEÇAS: CONFECCIONADO COM MATERIAIS RESISTENTES, SEGUROS E ACONCHEGANTES, DESAFIAM A CRIANÇA A DESLOCAR-SE COM DESTREZA PROGRESSIVAAO ANDAR, CORRER, PULAR, ENGATINHAR ETC, DESENVOLVENDO ATITUDES DE CONFIANÇA NAS PRÓPRIAS CAPACIDADES MOTORAS E A EXPLORAR E UTILIZAR AS POSSIBILIDADES DE MOVIMENTO COM ESTE MATERIAL. CONTÉM 8 PEÇAS MONTADO DIÂMETRO APROXIMADO DE 3,00 M X 1,50M.	20			
PLAYGROUND MASTER	CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, MULTICOLORIDO, CONTENDO 1 ESCORREGADOR MÉDIO DE 1,98 CM EM FORMA DE TOBOGÃ, 1 ESCORREGADOR PEQUENO DE 1,42 CM, 1 PORTINHA DE ENTRADA PARA O MÓDULO MENOR, TÚNEL DE PASSAGEM QUE DA ACESSO A PLATAFORMA DO MODULO MAIOR, LATERAL COM ESCADA. MEDIDAS: 4,20M DE COMPRIMENTOX2,52M DE LARGURA X 1,80M DE ALTURA.	20			
ESCORREGADOR MÉDIO	ESTRUTURA EM TUBO DE 7/8" CHAPA MÍNIMA DE 18 E PÉ 1" CHAPA MÍNIMA 14 SEM CHUMBADORES E COM PRANCHA MEDINDO ENTRE 2,30M A 2,40M X 0,35M A 0,50M, DO ASSENTO ATÉ O CHÃO MEDINDO ENTRE 1,30M A 1,50M, LARGURA PÉS ENTRE 0,90M A 1,00M, ALTURA ENTRE 1,70M A 1,80M E COMPRIMENTO 2,50M A 2,70M. GALVANIZADA, PINTURA ANTICORROSIVA E COLORIDA	20			
ZANGA BURRINHO	DE 04 LUGARES ESTRUTURA EM TUBO MÍNIMO DE 2" CHAPA MÍNIMA DE 14 E FIXADO AO SOLO COM CHUMBADORES. PRANCHAS EM TUBO MÍNIMO DE 2" COM SUPORTE SUPERIOR EM TUBO MÍNIMO DE 3/4", AMBOS CHAPA MÍNIMA DE 18. ASSENTO EM CHAPA DOBRADA PINTURA ANTICORROSIVA COM ACABAMENTO COLORIDO. ALTURA: ENTRE 0,70M A 0,80M, COMPRIMENTO ENTRE 1,50M A 2,00M E LARGURA ENTRE 0,80M A 1,00M. PRANCHA ENTRE 2,40 A 2,70 DECOMPRIMENTO.	20			
PULA - PULA	MEDIDAS MÍNIMAS DE 16,00M(C)X9,60M(L)X4,00M(A), CONFECCIONADO EM MATERIAL TIPO KP 1000 DE ALTA RESISTÊNCIA, COLORIDO.COM SISTEMA DE ANCORAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DE SEGURANÇA	20			
CAMA ELÁSTICA	MEDINDO MÍNIMO DE 3,00M DE DIÂMETRO, COM REDE DE PROTEÇÃO, HASTES METÁLICAS REVESTIDAS COM PROTECTUBE, PROTEÇÃO SOBRE MOLAS EM ESPUMAS REVESTIDAS COM LONA COLORIDA (NÃO ABSORVE ÁGUA). DEVE ACOMPANHAR ESCADA DE ACESSO; MOLAS DE ALTA RESISTÊNCIA; SISTEMA DE IMPULSÃO COM NO MÍNIMO 64 MOLAS. SISTEMA DE MONTAGEM POR ENCAIXE.	20			
CAMA ELÁSTICA	MEDINDO MÍNIMO DE 3,70M DE DIÂMETRO, COM REDE DE PROTEÇÃO, HASTES METÁLICAS REVESTIDAS COM PROTECTUBE, PROTEÇÃO SOBRE MOLAS EM ESPUMAS REVESTIDAS COM LONA COLORIDA (NÃO ABSORVE ÁGUA). DEVE ACOMPANHAR ESCADA DE ACESSO; MOLAS DE ALTA RESISTÊNCIA; SISTEMA DE IMPULSÃO COM NO MÍNIMO 72	20			

	MOLAS. SISTEMA DE MONTAGEM POR ENCAIXE.				
SACOLA CRIATIVA ENGRENAGENS DIVERTIDAS BRINQUEDO	CONFECCIONADO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO ATÓXICO DE ALTO BRILHO CONTÉM 550 PEÇAS COLORIDAS COM ENCAIXES ATRAVÉS DE PINOS PARA A MONTAGEM DE: ENGRENAGEM SIMPLES (UM PINO), ENGRENAGEM DUPLA (DOIS PINOS), ENGRENAGEM TRIPLA (TRÊS PINOS), ENGRENAGEM COM EIXO E UM PINO, ROLDANAS E BONECOS. MATERIAL ACONDICIONADO EM SACOLA DE PVC CRISTAL COM ZÍPER E ALÇA. PESO 3.132 KG DIMENSÕES (C X L X A) 45 x 29 x 18CM.	20			
BASQUETE INFANTIL	PRODUTO COM TODOS OS ITENS PRODUZIDOS ATRAVÉS DO PROCESSO DE ROTOMOLDAGEM (PEÇAS GROSSAS, OCAS E DE GRANDE RESISTÊNCIA). -HASTES VERTICAIS (PRINCIPAL E REGULÁVEL) RETAS-PEÇA COMPOSTA POR 6 ITENS: BASE DE SUSTENTAÇÃO SEM RODINHAS, HASTE VERTICAL PRINCIPAL (AZUL), HASTE VERTICAL REGULÁVEL (AMARELA), ARO DA TABELA COM REDE, TABELA E BOLA DE BASQUETE EM VINIL (NÃO OFICIAL). -ALTURA REGULÁVEL (3 ALTURAS). -REGULAGEM FEITA ATRAVÉS DE UM PINO PLÁSTICO PASSANTE COM ROSCA NAS 2 EXTREMIDADES E 2 PORCAS PLÁSTICAS. -BASE DE SUSTENTAÇÃO PARA SER PREENCHIDA COM ÁGUA OU AREIA. TOTALMENTE DESMONTÁVEL. DIMENSÕES DO PRODUTO: MAX.: 225X72X59 CM MIN.: 164X72X59 CM DIMENSÕES DO PRODUTO COM EMBALAGEM: 116X18X83 CM PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 8 K ITENS INCLUSOS 1 TABELA DE BASQUETE E 1 BOLA COMPOSIÇÃO / MATERIAL: POLIETILENO DE MÉDIA DENSIDADE	30			
GEOPLANO E SISTEMA DE COORDENADAS GEOPLANOS E SISTEMA DE COORDENADAS CARTESIANAS	TABULEIRO DE MDF SERIGRAFADO PARA REPRESENTAR OS GEOPLANOS E SISTEMA DE COORDENADAS CARTESIANAS MEDINDO 02X30X30CM MOSTRANDO OS EIXOS X E Y NAS ESCALAS. ACOMPANHA 50 PINOS DE DEMARCAÇÃO. FABRICADO EM MADEIRA COMPOSTO DE UMA PLACA EM MDF.	50			
BALANÇO INFANTIL DUPLO	IDEAL PARA BRINCADEIRAS AO AR LIVRE QUE ESTIMULAM A COORDENAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS, PODE SER USADO POR CRIANÇAS COM MAIS DE TRÊS ANOS. DADOS TÉCNICOS DO PRODUTO: DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (CM) - AXLXP: 135 X 145 X 103CM DIMENSÕES DA EMBALAGEM DO PRODUTO (CM) - AXLXP: 34 X 118 X 49CM PESO DO PRODUTO (KG): 21KG PEÇAS PLÁSTICAS: AS CORES PODEM VARIAR COR DA ESTRUTURA: AZUL E CINZA IDADE RECOMENDADA: 3 A 4 ANOS COMPOSIÇÃO/MATERIAL: TUBO DE AÇO GALVANIZADO E PINTURA ELETROSTÁTICA NA TESTEIRA CAPACIDADE: 2 CRIANÇAS PESO MÁXIMO RECOMENDADO (KG): 50 KG CONTEÚDO DA EMBALAGEM: ESTRUTURA: 1 TESTEIRA, 4 PÉS, 4 PILARES DE SUSTENTAÇÃO DA CADEIRA, 2 BARRAS DE TRAVAMENTO HORIZONTAL E 2 BARRAS DE TRAVAMENTO VERTICAL. DEMAIS PEÇAS PLÁSTICAS: 2 CADEIRAS COM TRAVA FRONTAL, 1 PLATAFORMA E 4 BASES. KITS DE ACESSÓRIOS: 4 GANCHOS TIPO "S", 2 CINTO DE TRAVAMENTO, 4 ESTACAS DE FIXAÇÃO E 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES	30			
KIT DE PISCINA DE BOLINHAS	1,5 METRO + ESCORREGADOR MÉDIO + 2000 BOLINHAS COLORIDAS PISCINA DE 1,5 METROS ACOMPANHA	20			

	<p>ESCORREGADOR MÉDIO, COM ESSA DUPLA A BRINCADEIRA FICARÁ COMPLETA E MUITO MAIS DIVERTIDA. PISCINA DE BOLINHA CONTENDO PLACAS DE MADEIRA A PROVA DE ÁGUA, REVESTIDAS COM LONA DE ALTA DENSIDADE. AS PLACAS DEVEM SER PROTEGIDAS COM ISOTUBOS NAS BORDAS PARA PROTEGER AS CRIANÇAS E TORNAR A BRINCADEIRA MAIS SEGURA. SUA ESTRUTURA DEVE SER EM AÇO GALVANIZADO COM TUBOS DE QUALIDADE E GRANDE ESPESSURA. COM ENCAIXES PERFEITOS QUE A TORNA MUITO FÁCIL DE MONTAR E DESMONTAR, NÃO REQUER NENHUM PARAFUSO OU FERRAMENTA. HASTES REVESTIDAS COM ISOTUBOS COLORIDOS BLINDADOS DE GRANDE DENSIDADE. TOLDO COLORIDO E CONFECCIONADO COM LONA DE ALTA DENSIDADE COM ACABAMENTO IMPECÁVEL. REDE DE PROTEÇÃO COM MALHA 5, OU SEJA, QUADRADINHOS DE 5CM X 5CM QUE NÃO DEIXAM AS BOLINHAS SAÍREM. FIOS RESISTENTES E COLORIDOS COMPLETAM ESTA INCRÍVEL REDE. ACOMPANHA 2000 BOLINHAS. ESCORREGADOR MÉDIO É UM BRINQUEDO FEITO DE MATERIAL PEBD DE PLÁSTICO VIRGEM E ATÓXICO, OU SEJA, QUE NÃO LIBERA ODOR, POSSUI A MELHOR RESISTÊNCIA A PRESSÕES EXTERNAS QUE QUALQUER OUTRO MATERIAL NO MERCADO. AINDA SOBRE O PRODUTO ELE CONTA COM UMA TRAVA DE SEGURANÇA QUE É FIXADA ENTRE A RAMP A E A ESCADA E AINDA POSSUI BORDAS DE SEGURANÇAS NA RAMP A DO ESCORREGADOR.</p>				
PLAYGROUND ESPUMADO CIRCUITO BABY	<p>DESENVOLVIDO PARA ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS, INDICADO PARA ESCOLAS, ÁREAS DE DIVERSÃO INFANTIL E RESIDÊNCIAS, É UMA ÓTIMA OPÇÃO PARA ALIAR ATIVIDADE PEDAGÓGICA E DIVERSÃO. FAIXA ETÁRIA RECOMENDADA: 1 A 3 ANOS HABILIDADES DO APRENDIZADO: COORDENAÇÃO MOTORA, COGNIÇÃO, TRABALHO EM EQUIPE MEDIDAS: 2,10MTS X 1,65MTS X 0,65CM EMBALAGEM DO PRODUTO: CONTÉM 07 MÓDULOS COMPOSIÇÃO/MATERIAL: FABRICADO EM BLOCO DE ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REVESTIDO EM KORINO OU BAGUN, COSTURA DUPLA INTERNA E VELCRO. FÁCIL DE LIMPAR E LAVÁVEL</p>	06			
TÚNEL INFANTIL	<p>BRINQUEDO PARA PLAYGROUND INFANTIL • IDADE RECOMENDADA: DE 2 A 4 ANOS • PESO MÁX. SUPORTADO: 30 KG• DIMENSÕES (CXLXA): 175 X 100 X 105CM</p>	10			
PULA CORDA COLETIVAS	<p>1 PEÇA COM 6 METROS DE COMPRIMENTO E CABO DE MADEIRA. A CORDA É 100% POLIESTER 8 MM</p>	100			
BOLICHE DE PLÁSTICO	<p>JOGO DE BOLICHE (6 PINOS E PELO MENOS 1 BOLA) - DE PREFERÊNCIA COLORIDO</p>	60			
MODELO ANATÔMICO PARA FINS DIDÁTICOS ESCADA DE AGILIDADE (ESCADA DE CHÃO PARA TREINAMENTO DE AGILIZADA):	<p>COMPOSTA POR DEGRAUS EM EVA, E TIRAS EM POLIPROPILENO, COM 9 OU 10 DEGRAUS COM ESPAÇOS REGULÁVEIS ENTRE OS DEGRAUS. COR AZUL.MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO TOTAL: 6 METROS E COMPRIMENTO DO DEGRAU DE 50 CM ; LARGURA DO DEGRAU DE 5 CM E ESPESSURA DE 5MM. ITENS INCLUSOS: 1 ESCADA DE CHÃO DE 6 METROS.</p>	60			
TATAME	<p>MATERIAL E.V.A., COMPRIMENTO PLACA 1 M, LARGURA PLACA 1 M, ESPESSURA PLACA 20 MM, COR AZUL</p>	300			
KIT 2 RAQUETE TENIS DE MESA PING PONG	<p>MDF 10 MM - 2 RAQUETES- 3 BOLAS</p>	20			

MESA DE MINI PING PONG	EM TAMANHO COMPACTO, REDUZIDO, DESENVOLVIDA EM MATERIAL RESISTENTE E DE QUALIDADE, A MESA POSSUI SUA ESTRUTURA EM MDF, ABS. RAQUETES NAS CORES AZUL E LARANJA. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: - 1 MINI MESA; - 2 RAQUETES; - 1 BOLA; - 1 REDE; - 2 SUPORTES PARA REDE; - 8 PÉS DE MESA; - PRODUTO VEM DESMONTADO, NECESSÁRIO MONTAGEM. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - DIMENSÕES DA MESA: 40 X 15 X 90 CM - PESO: 2,000 G	20			
MINI MESA PEBOLIM TOTÓ PÉ ALTO 60CM FUTEBOL 18 JOGADORES MDF	MESA EM MADEIRA MDF RESINADA. SUPER RESISTENTE, DURÁVEL, FÁCIL MONTAGEM E DESMONTAGEM. HASTES METÁLICAS GALVANIZADAS. POSSUI 1 MARCADOR DE CADA LADO, PARA CONTROLAR A PONTUAÇÃO. 18 JOGADORES EM PLÁSTICO INJETADO E PINTADOS. 2 BOLAS PLÁSTICAS. MESA DESMONTADA, ACOMPANHA 2 BOLAS, 18 JOGADORES, 6 HASTES, 2 MARCADORES, MANUAL DE INSTRUÇÕES E MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA MONTAGEM. DIMENSÕES TOTAIS: ALTURA: 60 CM; LARGURA: 36,5 CM; COMPRIMENTO: 69 CM; PÉS: ALTURA: 53 CM; LARGURA: 34 CM; COMPRIMENTO: 57 CM	20			
MESA DE PEBOLIM OFICIAL SL COM FERROS EMBUTIDOS	DIMENSÕES (A X L X C): 0.93M X 0.86M X 1.38M; MESA DE PEBOLIM NAS MEDIDAS OFICIAIS COM ESTRUTURA EM MADEIRA MACIÇA CEDRINHO EM TOM DE MOGNO E COM 04 PÉS, CAMPO DE JOGO EM 5MM DE ESPESSURA NA COR VERDE, BONECOS EM ALUMÍNIO E FERROS DOS BONECOS PINTADOS EM EPOXI. DISPOSIÇÃO DOS JOGADORES: GOLEIRO - 3 DEFENSORES - 4 MEIO CAMPISTAS - 3 ATACANTES; ACOMPANHA: 7 BOLINHAS	12			
MINI MESA DE PEBOLIM / TOTÓ DESMONTÁVEL	MESA EM MADEIRA MDF RESINADA; HASTES METÁLICAS GALVANIZADAS; JOGADORES DE PLÁSTICO INJETADO; BOLAS PLÁSTICAS; MEDIDAS DA MESA MONTADA: 10 X 31 X 51 CM; PESO APROXIMADO: 3 KG; CONTEÚDO 1 MINI MESA PEBOLIM; 2 BOLAS; 12 JOGADORES; 2 MARCADORES DE PONTOS; 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES; 1 JOGO DE FERRAMENTAS PARA MONTAGEM	12			
KIT AERO HOCKEY / AIR GAME INFANTIL	KIT PARA AERO HOCKEY / AIR GAME (PROFISSIONAL) 2 REBATADOR DE POLIPROPILENO E FELTRO. MEDIDAS DO PRODUTO: 10,50CM DE DIÂMETRO 2 DISCOS DE POLIPROPILENO VERMELHO MEDIDAS DO PRODUTO: DIÂMETRO DE 6,50CM ESPESSURA: APROX. 7MM; MESA DE HOCKEY AIR GAME COM ACESSÓRIOS; DIMENSÕES APROXIMADAS DA EMBALAGEM (AXLXC): 72CM X 12CM X 40CM; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (AXLXC): 64CM X 36CM X 64CM; MATERIAL/COMPOSIÇÃO: MADEIRA E PLÁSTICO; SOM E LUZ: NÃO; DESMONTÁVEL: SIM; COM VENTILAÇÃO: SIM; PILHA/BATERIA: SIM, 8 PILHAS AA (NÃO INCLUSAS); PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO	20			
JOGO DEDOBOL FUTEBOL DE DEDO JOGO DE TABULEIRO C/ ESFERAS	JOGO DEDOBOL / PETELECO DA JUNGES EM MADEIRA DE MDF COM PINOS (JOGADORES) EM PLÁSTICOS FIXOS NO CAMPO. ACOMPANHA INSTRUÇÕES DE JOGO E BOLA (BOTÃO DE PLÁSTICO). TAMANHO CAMPO: (AXLXC) 40X2X30CM	50			
JOGO DE TABULEIRO	COMPOSTO POR 01 TABULEIRO E 24 BOTÕES	50			
			<b>VALOR TOTAL LOTE</b>		



## **ANEXO II MODELO DE PROPOSTA**

À Prefeitura Municipal de Buerarema - Bahia

At.: PREGOEIRA Municipal

Pregão Eletrônico nº 038/2022

Srª. PREGOEIRA,

Atendendo a solicitação desta conceitua da Prefeitura, a empresa.....,CNPJ nº

situada na....., vem apresentar a sua Proposta de Preço para a **xxxxxxxxxx**, conforme detalhamento nos quadros a seguir:

LOTE ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT.	P. Unit (R\$)	P. Total (R\$)
1.1						
<b>VALOR GLOBAL</b>						

O valor lote da Proposta de Preço acima referenciada e abaixo discriminada é de xxxxxxxxxxxx  
(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

**OBS: FORNECIMENTO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).**

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Atenciosamente,

Carimbo de CNPJ e assinatura do representante legal



**ANEXO III**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/2022**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO**

Declaro sob as penas da Lei que a empresa.....,CNPJ..... ,  
na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, instaurado pelo município de Buerarema - BA, não possui em  
seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

**(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)**



#### ANEXO IV

#### MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

ASSUNTO: \_\_\_\_\_, objeto do **Pregão Eletrônico nº 038/2022**

#### **Designação de Representante**

Através da presente credenciamos o(a)Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e cadastro no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº \_\_\_\_\_, a participar da Licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Buerarema, na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 038/2022**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_, bem como formular propostas, ofertar lances, recorrer, renunciar e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO





**ANEXO V**

**(modelo)**

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

**DECLARAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (EM ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002)  
– PLENO CONHECIMENTO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada, **DECLARA**, que **cumpr**e plenamente os requisitos exigidos para sua habilitação, conforme prescreve o inciso VII, do artigo 4º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, referente ao **Pregão Eletrônico nº 038/2022**, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

---

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL  
IDENTIFICAÇÃO DO CARGO/FUNÇÃO DO FIRMATÁRIO



## ANEXO VI DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

### DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

#### Pregão Eletrônico nº 038/2022

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 12 (doze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Local e data

Licitante interessado



## **ANEXO VII IMPEDIDO DE CONTRATAR**

**Pregão Eletrônico nº 038/2022**

### **DECLARAÇÃO DO LICITANTE DE QUE NÃO SE ENCONTRA SUSPENSO DE LICITAR OU IMPEDIDO DE CONTRATAR**

Declaro, na condição de licitante, não estar suspenso de licitar ou impedido de contratar com qualquer entidade integrante da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, direta ou indireta.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Local e Data

Licitante Interessado



## **ANEXO VIII**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

**À**

**PREFEITURA DE BUERAREMA - BAHIA**

**REF. Pregão Eletrônico nº 038/2022**

A empresa....., com sede na....., nº....., C.N.P.J. nº.....**DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

**Assinatura do Responsável pela Empresa**

(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

**Local e data**



## ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, MUNICÍPIO DE BUERAREMA E, DO OUTRO,\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE BUERAREMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.721.188/0001-09, com sede junto à Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Góes Calmon, 591, Centro, Buerarema/BA, representado neste ato pelo seu representante o Prefeito Municipal, Sr. Vinícius Ibrann Dantas Andrade Oliveira, portador da Cédula de identidade nº 0953982289, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF nº 017.999.825-05, residente e domiciliado em Buerarema/BA na Rua 9, nº 390, Loteamento Jardim Pouso Feliz, CEP: 45.615-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e figura neste ato como coparticipante o **FUNDO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**, inscrito no CNPJ nº 30.986.880/0001-88, localizado na cidade de Buerarema/BA, na Avenida Góes Calmon, nº 591, 1º Andar, Centro, CEP: 45.615-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, designada pelo decreto nº 08/2021, Thaiane Santos Pereira Oliveira, portadora da Cédula de identidade nº 07.135.579-07, emitida pela SSP/BA, e inscrito no CPF/MF sob o nº 969.260.825-53, residente e domiciliada em Buerarema/BA, na Rua Pastor Freitas, nº 144, Bairro Centro, CEP: 45.615-000, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa xxxxxxxx neste ato representada por \_\_\_\_\_, celebram o presente contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 038/2022, contido do processo administrativo nº XXXXX e regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Federal 10.024/2019 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, e se comprometem a observar as condições contidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é a aquisição de tabela de basquete regulável, túnel infantil, playground, escorregador, pula-pula, cama elástica, balanço, piscina de bolinha, pula corda, boliche, escada de agilidade, tatame, raquete de tênis, mesa de ping pong, mesa de pebolim, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2 Descrição do objeto:

Fornecedor (Razão Social, CNPJ, endereço, contatos, representantes)					
ITENS	NOME PADRONIZADO/DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR.UNIT	TOTAL

1.3. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. Este Contrato terá vigência de 06 (seis) meses, a partir da data de assinatura, prorrogáveis nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

3.1 A CONTRATADA se obriga a:

- a) Disponibilizar os produtos descrito na Cláusula Primeira deste contrato, nos prazos, condições estabelecidas no edital Pregão Eletrônico nº **038/2022**, no local e tempo requeridos, mediante requisições do preposto autorizado;
- b) Assegurar a boa qualidade dos produtos fornecidos, baseado no estipulado no Código de Defesa do Consumidor;
- c) As providências e despesas relativas ao pagamento de qualquer tributo que incida ou venha a incidir sobre contrato serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- d) Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos causados por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste edital;
- e) Não transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da CONTRATANTE;
- f) Não caucionar ou utilizar o contrato a terceiros, no todo ou em partes, sem o prévio consentimento da CONTRATANTE;
- g) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente contrato;
- i) Não utilizar este contrato, como garantia de qualquer operação financeira, a exemplo de empréstimos bancários ou descontos de duplicatas.
- j) A Contratada deve possuir capacidade técnica para fornecimento dos itens.
- l) A contratada responderá por danos, dolosa ou culposa causada à contratante a seus servidores ou a terceiros, no fornecimento dos itens e pela má qualidade do mesmo, com exclusão da Contratante de seus efeitos, para todos os fins de efeitos, sejam eles de natureza civil ou criminal.
- m) A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações.



n) Quando da assinatura deste instrumento a **CONTRATADA** deverá especificar a conta corrente através da qual serão efetuados os pagamentos devidos.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ficarão a cargo da **CONTRATADA**, todas as despesas e custos decorrentes da execução do contrato, bem como dos tributos, obrigações trabalhistas e sociais, seguros e todos os demais custos diretos e indiretos, necessários à execução do objeto desta Licitação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1 O **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) Designar prepostos para fiscalizar, apontar falhas e atestar o fornecimento dos itens;
- b) Efetuar nos prazos indicados, os pagamentos devidos à **CONTRATADA**;
- c) Verificar e aceitar as faturas emitidas pela **CONTRATADA**, recusando-as quando inexatas e incorretas, ficando, nestes casos, o prazo suspenso, que somente voltará a fluir após a apresentação das novas faturas corretas;
- d) Notificar por escrito, à **CONTRATADA**, quando da aplicação de multas previstas neste Contrato;
- e) Declarar os itens realmente fornecidos;
- f) Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contidas neste contrato;
- g) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes solicitados pelos profissionais da **CONTRATADA**;
- h) Comunicar oficialmente a **CONTRATADA** quaisquer falhas verificadas no cumprimento do exigido neste contrato;
- i) Comunicar à **CONTRATADA** as ocorrências para que sejam adotadas medidas corretivas;
- j) Indicar o grupo de trabalho responsável pela execução do contrato;
- k) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos profissionais da **CONTRATADA** ou por seus prepostos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. O valor do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), constante da proposta integrante da licitação **Pregão Eletrônico nº 038/2022**, aceito pela **CONTRATANTE**, entendido este como preço justo e suficiente para o fornecimento do objeto deste instrumento.

5.2. Os pagamentos serão efetuados após atesto do setor competente e, dentro do cronograma de pagamento financeiro. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência, da CND de INSS, da CRF de FGTS, da CNDT e das certidões de regularidade com as fazendas estadual, federal e municipal, sob



**pena de não pagamento.**

**5.2.1** O pagamento será efetuado pela Administração para a empresa a ser contratada da seguinte forma: mensalmente, conforme fornecimento, **exclusivamente através de crédito em conta especificada pelo credor**, no prazo de até 30(trinta) dias, podendo em caso excepcional haver a antecipação do pagamento devidamente fundamentado, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e depois de atestada pelo Contratante o recebimento parcial/definitivo do objeto licitado.

**5.2.2.** Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a **CONTRATADA** adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura, devidamente corrigida.

**5.2.3.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

**5.2.4** O termo contratual poderá durante o seu prazo de execução, caso ocorra uma das situações previstas no art. 65 da Lei 8.666/93, e em seus incisos e parágrafos, ser alterado, mediante justificativa e autorização da autoridade competente, através de termo de aditamento, cujo extrato deverá, para ter eficácia, ser publicado em órgão de imprensa oficial.

**5.3.** As faturas deverão discriminar os itens fornecidos, conforme os discriminados na composição apresentada juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, e **somente serão pagos os itens efetivamente atestados.**

#### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

**6.1** Os preços são fixos e irremovíveis contado da data limite para a apresentação das propostas.

**6.2** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**6.3** A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou sub-contratação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, sob pena de imediata caducidade.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:**

**8.1** A execução do contrato será acompanhada e por preposto indicado pela Administração.

#### **CLÁUSULA NONA - ALOCAÇÃO DE RECURSOS**



9.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dotação orçamentária estipulada no momento da contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

10.1 Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, respeitado o devido processo legal, e sem que assista à contratada direito a qualquer indenização, nas seguintes hipóteses:

- a) Inadimplemento pela contratada de quaisquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas;
- b) Atraso no cumprimento do fornecimento;
- c) Superveniência de incapacidade financeira da contratada devidamente comprovada;
- d) Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata da contratada, requeridas ou decretadas;
- e) Cessão total ou parcial deste contrato e dos créditos dele decorrentes, sem prévia e escrita autorização do contratante.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Rescindido o contrato, por quaisquer destes motivos, a contratada terá direito, apenas, ao pagamento, dos itens efetivamente entregues.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Ficará o presente contrato rescindido, de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das sanções cabíveis nos casos enumerados nos arts. 78 e 80 da lei n.º 8.666/93, alterada pela lei n.º 8.883/94.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2 Ensejar o retardamento do fornecimento do objeto;
- 11.1.3 Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6 Não mantiver a proposta.

**11.2** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**11.2.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**11.2.2** Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**11.2.3** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**11.2.4** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**11.2.5** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Buerarema/BA, pelo prazo de até dois anos;

**11.2.6** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**11.3** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**11.3.1** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**11.3.2** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**11.3.3** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**11.4** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**11.5** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**11.6** Não será efetivado qualquer pagamento ao FORNECEDOR enquanto não efetuado o pagamento da multa devida.

**11.7** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo FORNECEDOR e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração realize o Distrato do Contrato.

**11.8** A competência para apuração de responsabilidade e conseqüente aplicação das penas aqui previstas são exclusivas do órgão gerenciador, salvo quanto a pena de declaração de inidoneidade, que compete ao Prefeito.



**11.9** Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após conclusão de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa ao FORNECEDOR, sob pena de multa.

**11.10** O distrato do contrato, assegurado o contraditório, é formalizado por despacho da autoridade competente do Contratante.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

**12.1** O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial até o quinto dia útil ao mês subsequente ao da assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

**13.1** As partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, Foro da Comarca de Buerarema, Estado da Bahia, para submeter o presente Contrato, obrigando ao seu integral cumprimento seus herdeiros e sucessores, a qualquer título.

E, por estarem, assim, justos e acordados, assinam o presente em 02 (duas) vias de iguais teor e forma para uma só finalidade, afim de que possa produzir os seus devidos e legais efeitos.

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

TESTEMUNHA1: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



**ANEXO X - DECLARAÇÃO DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DA ATA E**  
**CONTRATO**

**Pregão Eletrônico nº 038/2022**

Dados da empresa Nome:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados do representante para assinatura do contrato

Nome:

CPF:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

**Assinatura do Responsável pela  
Empresa**

(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

**Local e data**